

DECLARAÇÃO PELO MULTILINGUISMO NO ENSINO SUPERIOR

Embora reconhecendo que este documento não tenha efeito juridicamente vinculativo, ele declara o compromisso público de contribuir ativa e construtivamente para o desenvolvimento de políticas para o multilinguismo no ensino superior. A Declaração está aberta à assinatura de todos aqueles que se preocupam com o letramento e epistemologias multilingues, a diversidade linguística e o respeito pelos direitos linguísticos, e especificamente às unidades de investigação académicas, organizações, federações, associações (com ou sem personalidade jurídica), (b) pessoas físicas, na sua qualidade de membros de unidades académicas e outros organismos sociais ativamente envolvidos com as línguas na educação.

PREÂMBULO

As políticas de internacionalização, que interessam a um número crescente de instituições de ensino superior (IES), bem como às agências políticas nacionais e supranacionais, têm como objectivo — ou assim o afirmam — melhorar a qualidade do ensino superior, num mundo cada vez mais interligado. No caso da UE, as iniciativas políticas de internacionalização têm como objetivo alcançar uma maior equidade entre os sistemas de ensino superior no contexto do "Espaço Europeu da Educação", promovendo a cooperação transnacional, as parcerias entre IES e a colaboração entre os Estados-Membros da UE para conseguir criar "sistemas nacionais de educação e formação inclusivos". No entanto, a internacionalização tem conduzido cada vez mais à utilização do inglês como "língua académica", ao inglês como meio de instrução (EMI) e à "inglesização" do ensino superior. Apesar das provas crescentes das desvantagens do uso exclusivo do inglês no ensino, na pesquisa, na publicação académica e na criação de redes, este é cada vez mais apoiado pelas autoridades nacionais e políticas, que presumem que o inglês é um meio de desenvolvimento económico, de modernização e de comunicação global. No entanto, a utilização do inglês em detrimento da(s) língua(s) oficial(ais)/nacional(ais), bem como das línguas regionais ou minoritárias, pode conduzir ao abandono de domínios específicos e ao repúdio dos direitos linguísticos. Além disso, a utilização do inglês em detrimento de outras línguas com ou sem capital cultural significativo tem consequências para a diversidade linguística e cultural, conduzindo ao empobrecimento do conhecimento social e epistemológico.

DECLARAÇÃO GERAL

Os signatários da "Declaração para o Multilinguismo no Ensino Superior", redigida pela Plataforma da Sociedade Civil Europeia para o Multilinguismo (ECSPM), apoiam os princípios básicos da "Iniciativa de Helsínquia sobre o Multilinguismo na Comunicação Académica"¹ e concordam em contribuir para a tomada de decisões e práticas políticas que estejam em conformidade com a Recomendação CM/Rec(2022)1, adotada pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa, sobre "A importância da

¹ Here is a summary of the Helsinki Initiative on Multilingualism (<https://www.helsinki-initiative.org/en>): (1) Support dissemination of research results for the full benefit of the society by making sure that: a) researchers are merited for disseminating research results beyond academia and for interacting with heritage, culture, and society, and b) equal access to researched knowledge is provided in a variety of languages; (2) Protect national infrastructures for publishing locally relevant research by making sure that: a) not-for-profit journals and book publishers have both sufficient resources and the support needed to maintain high standards of quality control and research integrity, and b) national journals and book publishers are safeguarded in their transition to open access; (3) Promote language diversity in research assessment, evaluation, and funding systems by making sure that: a) in the process of expert-based evaluation, high quality research is valued regardless of the publishing language or publication channel, and b) when metrics-based systems are utilized, journal and book publications in all languages are adequately taken into account.

educação plurilingue e intercultural para a cultura democrática"². No que respeita ao ensino superior, em particular, os signatários comprometem-se a:

1. salvaguardar e apoiar a utilização de várias línguas, para além da(s) língua(s) oficial(ais) das IES, na governança, na pesquisa e nas publicações, no ensino-aprendizagem e na comunicação.
2. garantir e reforçar o plurilinguismo, principalmente no ensino e na aprendizagem, na colaboração transnacional em matéria de investigação e
3. recorrer à utilização de ferramentas tecnológicas linguísticas para serviços de ensino e aprendizagem que facilitem a utilização de diferentes línguas.

CONSCIENTIZAÇÃO

Os signatários da Declaração do ECSPM pelo Multilinguismo no Ensino Superior comprometem-se a contribuir para a conscientização das suas autoridades universitárias, bem como dos responsáveis pelas políticas linguísticas, pela gestão linguística e pelo desenvolvimento dos currículos, dos diretores das unidades de pesquisa, dos académicos, dos investigadores, dos estudantes, do pessoal docente e administrativo e da sociedade civil para o fato de que:

1. Ser proficiente na língua oficial/nacional, de origem/herança ou em qualquer outra língua aprendida não assegura o letramento epistemológico nessa língua, que implica práticas discursivas muito diferentes do letramento vernáculo. No entanto, ambas são importantes para a construção de significados em contextos educativos, tanto por parte dos alunos como dos professores.
2. Quando se ensina ou se aprende uma língua que não é a nossa, não se pode/deve esperar que se produza uma variedade nativizada dessa língua.
3. É importante que os estudantes e o servidor universitário sejam encorajados a fazer uso de todas as línguas e variedades linguísticas que possuem nos seus repertórios para uma comunicação significativa em diferentes contextos da sua vida académica.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS

Os signatários da Declaração do ECSPM pelo Multilinguismo no Ensino Superior fazem as seguintes recomendações a serem adotadas pelos políticos responsáveis, organizações transnacionais, nacionais ou estatais, agências, universidades, instituições de pesquisa, financiadores e pesquisadores:

1. Proporcionar oportunidades para que diferentes línguas (não apenas o inglês) sejam o meio de instrução em programas, cursos, módulos, juntamente com a língua oficial da instituição.
2. Há muitas línguas "invisíveis" em todas as instituições de ensino e deve haver espaço para que essas línguas se tornem visíveis e venham a ser reconhecidas.
3. Providenciar condições prévias para a seleção das línguas, a fim de garantir a qualidade do ensino.
4. Assegurar que os professores que ministram cursos em línguas que não sejam a(s) língua(s) oficial(ais) da instituição tenham proficiência epistemológica nessas línguas.
5. Os estudantes internacionais devem ser ajudados a integrar-se na comunidade académica e, por conseguinte, devem ser-lhes oferecidas oportunidades de apoio e de aulas intensivas de línguas.
6. Evitar experiências educativas exclusivamente monolíngues/monoculturais (por exemplo, fornecer bibliografia, ferramentas tecnológicas linguísticas, vídeos em diferentes línguas).
7. Os grupos de pesquisa das universidades devem ser incentivados a decidir a(s) língua(s) que irão utilizar em diferentes momentos (durante a interação, a divulgação dos resultados da pesquisa, a publicação dos resultados).
8. Incentivar a tradução e a utilização paralela das línguas e investir em ferramentas de tecnologia linguística.

Ferramenta de tradução utilizada: DeepL

Revisado por: Amarílis Aurora Aparecida Valentim, Universidade de São Paulo, Brasil

² <https://www.coe.int/en/web/education/-/new-council-of-europe-recommendation-on-the-importance-of-plurilingual-and-intercultural-education-for-democratic-culture>